

INTERVENÇÕES URBANAS E IMPRENSA: O JORNAL *A SERRA* COMO FONTE E AGENTE HISTÓRICO EM SANTA ROSA/RS (1930-1950)

Maira Eveline Schmitz*

O advento da República no Brasil, além dos impactos políticos, reforçou os ideais de modernidade e isto se refletiu na materialidade urbana. Aliadas ao progresso científico na área das ciências da saúde, diversas reformas foram executadas, especialmente nas capitais estaduais, calcadas no aperfeiçoamento dos centros urbanos, com ampliação de ruas e criação de avenidas, bem como a adoção de princípios sanitaristas e de medidas de impacto nas áreas de moradia e infraestrutura. O principal objetivo era superar os elementos coloniais que caracterizavam aqueles espaços.

Estas reformas estavam conectadas a outra inovação da constituição republicana, a qual diz respeito ao reconhecimento dos municípios enquanto instâncias do poder público. Ao longo das primeiras décadas do século XX, a consolidação do poder político municipal implicou um aperfeiçoamento da gestão das cidades, o que, em determinado nível, levou à criação de novos cargos administrativos, muitas vezes ocupados por profissionais com formação técnica de nível superior, os quais passariam a se dedicar não só a pensar as cidades em termos urbanísticos, mas em desenvolver e aplicar planos de intervenção.

Baseada também na política nacional de interiorização e ocupação de territórios empreendida por governos estaduais e fortalecida a partir da presidência de Vargas, a partir de 1920, uma série de cidades são construídas, enquanto outras são reformuladas por planos construídos de forma mais globalizante do que as intervenções em centros das antigas cidades coloniais. Constitui-se uma estrutura baseada em critérios de reordenação estética, higiênica e espacial, que deveriam estar de acordo com os princípios urbanísticos da época, como a circulação, o embelezamento e o saneamento.

* Instituto Federal Farroupilha – campus Santa Rosa / Universidade Federal de Santa Maria. Docente de História / Doutoranda em História.

No Brasil, este padrão toma inúmeras formas, a exemplo das chamadas cidades novas, dentre as quais nos interessa estudar a conjuntura específica desenvolvida em Santa Rosa, interior do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas de sua história urbana. Pretende-se, assim, seguir uma linha narrativa que aborda elementos tidos como fundamentais para uma cidade equipada, higiênica e, sobretudo, urbanizada: os serviços urbanos mais básicos, como o abastecimento de água e a conservação dos logradouros públicos.

É importante salientar que estes elementos não foram implementados de forma “perfeita” nas ações urbanísticas, mas o fato de serem priorizados demonstra uma lógica do que seria essencial para uma cidade naquele momento. É nesta perspectiva que se elenca como fonte o jornal *A Serra*, de circulação local. Apresenta-se a hipótese de que o periódico assumiu uma centralidade na propagação de um ideal para Santa Rosa e adotou um papel pedagógico sobre o viver na cidade, evidenciado através de denúncias, de reclamações, de apelos ou elogios.

Acredita-se que ocorria um jogo de poder entre Estado e Imprensa, onde as críticas publicadas pelo impresso, em geral, eram seguidas pela solução propiciada pela Prefeitura, garantindo a preponderância de ambos os grupos na tomada de decisões na cidade. Assim, mais do que um indicativo de ações tomadas pelo poder público, as matérias veiculadas são reflexo da expectativa e da construção discursiva sobre as supostas necessidades da cidade, especialmente nas suas primeiras décadas de emancipação, quando ocorre a busca pela constituição de sua urbanidade.

Uma questão urgente: o abastecimento de água

A partir do estudo bibliográfico sobre cidades brasileiras no século XX e da análise das fontes coletadas para esta pesquisa, observou-se que em Santa Rosa as primeiras discussões sobre as fragilidades urbanas se referiam a equipamentos urbanos relativos aos serviços básicos, como água, energia, transporte e comunicações. Assim como exposto por Campos, Atique e Dantas (2013), neste período era imprescindível minorar o quadro de precariedade e fragilidade destas questões para alcançar o patamar de cidade moderna.

A primeira dificuldade que a cidade enfrentou, conforme noticiado pelo periódico *A Serra*, correspondia ao abastecimento de água, estando relacionada tanto a questões técnicas de captação e distribuição, quanto aos índices pluviométricos. Segundo Vargas (2011, p. 196), o projeto que foi organizado para o atual município - datado de 1918 e ainda considerando a possível sede próxima ao Rio Santa Rosa - previa um sistema de distribuição de água. O

relatório de 1923, contudo, apontava a não urgência de sua instalação, provavelmente pela incipiente formação urbana frente a outros núcleos coloniais. Novamente, a necessidade de prever os serviços de água e esgoto para o projeto da nova cidade colonial de Santa Rosa foi citada nos relatórios dos anos de 1924, 1925 e 1926, sem indícios de que o projeto tenha sido realmente executado (VARGAS, 2011, p. 210). Seja por irrelevância, falta de interesse estadual, ou até mesmo a conjuntura que se formou com a revolução de 1923, Santa Rosa entraria na década de 1930 prestes a se emancipar, mas sem um sistema de abastecimento de água. A situação, que no período não era incomum para a maioria das áreas urbanas brasileiras, gerava incômodo na população, ou pelo menos na redação do jornal *A Serra*.

Em fevereiro de 1931, mesmo antes da emancipação, uma matéria sobre a falta de água apontou que o problema era antigo e que todos os anos na época de verão grande parte da população da sede urbana ficava sem água. A nota contém a descrição espacial de que “existe uma fonte pública numa das nossas praças, mas essa beneficia somente parte da população das circunvizinhanças da referida fonte, que a aproveitam para limpezas, pois a água fornecida pela mesma não é potável.” Finaliza exigindo que os “poderes competentes tomem as necessárias providências”¹⁰⁰.

De forma evidente, é determinado um marco espacial urbano: a fonte localizada na Praça da Independência, centralidade urbana que remonta à colonização. Naquelas intermediações, localizavam-se também o prédio da Comissão de Terras, a Igreja Católica (que viria a ser substituída por outra nos anos 1940) e o centro comercial. Neste sentido, não causa espanto a posição da única fonte pública, mas se observa que, já naquele momento, não atendia a toda população da sede urbana. Até a parcela dos moradores que dela usufruía, enfrentava a condição da água não ser potável. A indicação de que fosse utilizada somente para limpezas não pode ser atestada, mas pressupõe o entendimento de que nem toda água era própria para o consumo, ou seja, não atenderia aos princípios sanitários básicos.

A falta de água e a fonte da Praça da Independência são objeto de uma crônica publicada em 13 de janeiro de 1935:

Secos e molhados...

Essa questão da água em nossa villa, é um caso sério.

A gente não sabe mais o que fazer com tanta “secura”...

¹⁰⁰ FALTA d’água, *A Serra*, Santa Rosa, 8 fev. 1931, p. 1.

A continuar assim, com esse calor torrificante, pó a bessa e falta dagua, é preferível virar sorvete...

O poço de minha casa, desde que entrou o verão, anda a ossos, como se diz, anda secco... não há jeito de aparecer-lhe um pingo dagua...

O seu consolo é que seus vizinhos das casas da frente, dos fundos e dos lados, estão nas mesmas condições... Ah! E se não fosse isso, que martyrio para o meu pobre poço.

Mas quem tem se visto mesmo “tudo”, como diz o vulgo, com essa miséria dagua, é a fonte pública da praça da Igreja. Accorrem ali, diariamente, dezenas de guryrs, com latas, baldes, jarros e até pipas para encherem do precioso liquido... é um vae e vem constante. Tem-se até, as vezes, a doce impressão de que ali, entre aquellas toscas paredes de alvenaria, está o saboroso “manná” há tanto tempo prometido e esperado, numa ancia louca, pelos povos da terra... também pudera... já se afirmou, um dia, por ahi, que Santa Rosa era a “Nova Chanaan”... (...) (A SERRA, 13 jan. 1935, p. 1.)

Por meio das palavras do autor, é possível imaginar a condição climática na cidade no início de 1935, com o forte calor e a sensação de sufocamento advindo do pó e da falta d'água. A menção à fonte da Praça da Independência indica que este espaço público, no momento de seca, constituía-se como um destino para a população, independente de condição social. A descrição do vai e vem constante de “guris com latas, baldes, jarros e até pipas” remete à movimentação de pessoas e traz uma ambiência de confusão, na qual o espaço urbano foi convertido para um uso atípico; ainda que a fonte existisse para este fim, a frequência não correspondia ao esperado.

O juízo de inadequação é reafirmado quando o autor refere às “toscas paredes de alvenaria” - indicando que a construção não possuía atrativos estéticos - que abrigariam o “maná prometido”. Se o olhar não era “alimentado” pela estrutura, a água disponível traria o alento para outro sentido, com a saciedade e alívio da sensação de secura. A metáfora bíblica funciona, por fim, como crítica às promessas e expectativas que a criação de Santa Rosa significou para muitas pessoas, mas que, ao que parece, não vinham se cumprindo, inclusive nos aspectos mais básicos da vida urbana moderna.

A crônica traz outro elemento sobre o fornecimento de água na cidade: a existência de poços em algumas propriedades, geralmente localizado nos fundos dos terrenos. A perfuração de poços passava pela autorização municipal e constituía um privilégio da propriedade privada de alguns moradores. É possível que o autor ou seus vizinhos não tivessem os poços, mas o jogo de linguagem no texto cumpre a função de apresentar a questão da água como um problema coletivo, onde mesmo aqueles que detivessem vantagens, nada poderiam fazer frente à falta de chuvas.

O abastecimento de água em Santa Rosa, naquele momento, baseava-se no sistema clássico de fornecimento¹⁰¹ e poderia ser considerado rudimentar já para a época. Rückert lembra que, quando a República foi proclamada no Brasil, realmente poucas cidades do Rio Grande do Sul contavam com sistemas de abastecimento modernos, pois, com exceção de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, eram dominantes as práticas tradicionais de fontes, poços e cisternas. Todavia, em 1930, pelo menos 17 municípios possuíam sistemas modernos e outros cinco preparavam seus projetos de distribuição – Santa Rosa não se incluía entre estes (RÜCKERT, 2017, p. 1).

As reclamações sobre a água nas páginas do jornal não são diárias, nem podem ser consideradas frequentes, mas sua inclusão ao longo do tempo demonstra que era um problema cotidiano da população e que, em alguns períodos, tornava-se tão incômodo a ponto de merecer destaque nas notícias. Em geral, as reclamações mais efusivas coincidiam com a chegada da temporada de calor.

Em 19 de maio 1935, A Serra publica a matéria “Nossa vila e a distribuição de água”:

Parecia que estávamos na iminência de ficarmos “esturricados” pela falta d’água.

Impressionando-nos, pouco a pouco, estávamos, já, quase alarmados quando procuramos visitar as obras que a prefeitura está mandando executar nas proximidades de nossa praça central. Já estão abertos e distribuindo, prodigamente, a água límpida e cristalina, três depósitos nos lugares onde fortes vertentes foram descobertas.

Uma parte bastante grande de nossa população se beneficia com essa água que, por conta da Prefeitura, é distribuída gratuitamente, num volume médio de 8.000 litros diários.

É claro que tal quantidade de água é insuficiente para satisfazer-se todas as necessidades de cada casa; entre tanto, se não fora essa medida do Cel. Prefeito Municipal, que seria de nós todos, em cujas casas os poços secaram já e as cisternas esgotaram? (A SERRA, 9 mai. 1935, p. 4)

Naquela situação, o jornal deixou claro que estava “alarmado” pelo problema da água e que, portanto, resolveu ir a campo descobrir a situação das obras. Ainda que a matéria possa ter sido encomendada pela prefeitura, demonstra a importância que a redação do jornal

¹⁰¹ O conceito de modernização do abastecimento de água foi criado pelo historiador espanhol Juan Manuel Matés-Barco para explicar o crescimento na oferta e na demanda por água potável na Europa. Durante o sistema clássico, a ampliação da oferta de água nas cidades europeias estava condicionada a disponibilidade de recursos financeiros para as obras de captação e distribuição, e a demanda apresentava pouco crescimento. Este quadro mudou ao longo do século XIX, quando a concentração demográfica em determinadas cidades, a expansão das indústrias e o agravamento dos problemas sanitários decorrentes da urbanização exigiram uma expressiva ampliação de investimentos no abastecimento de água, possibilitando o surgimento do sistema moderno (RÜCKERT, 2017).

advogava para si na averiguação dos acontecimentos. O “visitar as obras” traz um caráter de testemunha ocular, a qual descreveria e atestaria a transformação do espaço público.

As obras estavam sendo executadas pela administração municipal do Coronel Voleciano Coelho e foram apresentadas como emergenciais e insuficientes, mas ainda assim louváveis. Afinal, se não fosse a medida do prefeito, “o que seria de todos nós”? Cabe ressaltar que o *A Serra*, em outros momentos, se mostrou crítico ao governo do coronel, mas nunca fez ataques diretos, o que pode ser justificado também pela situação política do país, onde os governantes não haviam sido eleitos, mas indicados a partir do poder do governo federal.

A matéria prossegue com as informações colhidas de Vicente Cardoso, engenheiro do município e responsável pelas obras. Ainda que os trabalhadores responsáveis pela distribuição em carroças e pipas sejam lembrados, a matéria destaca que a presença e atuação de um profissional técnico seria o fator central para a resolução do problema da água. Conforme lembra Simões Jr, nas cidades brasileiras, neste período, “a consolidação do poder político na esfera municipal criara novos cargos administrativos que foram ocupados por profissionais com formação técnica de nível superior voltada ao enfrentamento dessas mudanças – os engenheiros (...)” (SIMÕES JR, 2013, p. 126). Naquele momento, em Santa Rosa, a responsabilidade de garantir o sucesso da operação estava centrada na figura do engenheiro Vicente Cardoso.

Com a construção de uma rede hidráulica, o problema da água parecia resolvido, pelo menos nas áreas mais centrais e próximas ao sistema de armazenamento. As notícias sobre a falta de água diminuem, mas com o crescimento da cidade, ao longo dos anos, observa-se que outras melhorias e intervenções se fizeram necessárias. Em maio de 1948, o médico-sanitarista Pedro de Medeiros Mitchek, então inspetor das unidades sanitárias do Departamento Estadual de Saúde (DES), atendendo a um pedido do *A Serra*, deu seu parecer sobre a cidade de Santa Rosa.

O estado sanitário, entre outros problemas de saúde pública, predominam aqueles que decorrem da inexistência de serviços de saneamento, isto é, abastecimento d'água e esgotamento. A água de Santa Rosa que abastece deficientemente menos de um terço da zona urbana, é captada de algumas vertentes que sangram no sopé da Cidade Nova e, aonde, facilmente se percebe infiltrações.

Somente a água fervida ou esterilizada com gotas de tintura de iodo assegurará a quem dela se utilizar a certeza de se isentar de ser acometido de um febre tifoide, uma disenteria, uma verminose ou uma série incontável de doenças cujos responsáveis são perfeitamente carreados pela água impura ou suspeita.

Gratuitamente, o Posto de Higiene procede as imunizações, as vacinações que constituem outra grande arma no combate a essas doenças. Cooperai com o PH [Posto

de Higiene], povo de Santa Rosa, porque ele trabalha para o seu próprio bem.
(MITCHEK, 1948, p.1)

A declaração pode ser compreendida como um atestado da (falta de) qualidade da água de Santa Rosa, mas funciona ainda como um vetor educativo, no momento em que o médico-sanitarista aponta a importância de ferver ou esterilizar a água previamente ao consumo. Os surtos de febre tifoide, além de outras doenças infectocontagiosas, eram uma realidade no município (CHRISTENSEN, 2022, p. 97) e, ainda que não seja o foco desta pesquisa, foi possível observar uma quantidade considerável de artigos informativos e anúncios de diversos medicamentos publicados nas páginas do *A Serra*.

Se a preocupação primária sobre o abastecimento de água se referia às condições sanitárias essenciais para a vida em uma cidade, percebe-se que, em uma década e meia, o discurso passou a incorporar outra motivação: a sustentação do estilo de vida urbano. Observe-se a seguinte notícia veiculada em 1948:

Uma grande parte da população desta cidade, aquela que reside no lado oeste da Rua Erechim e é servida pelo mais antigo depósito d'água da cidade, está sem água a quase um mês. Acresce que além de hotéis e casas de família daquela zona está compreendido na mesma rede distribuidora, o Ginásio Santa Rosa de Lima, que vem sofrendo falta do precioso líquido, há muitos dias, a ponto de ser preciso que as irmãs desse mesmo ginásio, são obrigadas a ir buscar água em casas residenciais que tem poços ou em fontes distantes, para os inúmeros misteres internos daquele importante educandário.

Essa situação vai se tornando cada vez mais premente, assistindo-se mesmo os sacrifícios ingentes das donas de casa que muitas e muitas vezes não tem água nem para cozinhar.(A SERRA, 9 set. 1948, p. 1.)

Vargas, retomando Sandra Pesavento, lembra que “à medida que o capitalismo industrial se consolidava no estado, eram afirmados novos valores comportamentais, familiares, sociais e culturais, juntamente com o de *urbanidade*. (p. 151)”. Assim, além de novos princípios econômicos, políticos e ideológicos, uma nova ordem se estabelecia, também “presente nas relações sociais, impondo mecanismos de segregação, discriminação e confinamento” (PESAVENTO, 1995, p. 32).

Neste caso, a dependência da água para os hotéis simboliza o funcionamento da economia e, para a escola, a capacidade de manter seus alunos em boas condições físicas e sanitárias – há uma certa dose dramática na nota ao descrever a imagem das beatas franciscanas caminhando até a fonte e carregando baldes d'água. As donas de casa, por sua vez, personificam a vida privada e como a falta de um elemento básico afetaria as práticas do cotidiano familiar. Em outra direção, observa-se novamente a diferenciação entre os habitantes de acordo com o

local de sua moradia, uma vez que as casas abastecidas pela rede de distribuição emprestavam seus poços, além de, provavelmente, conseguirem servir as refeições.

A falta de água na região da Praça da Independência explanou ainda como as escolhas do poder público afetavam a vida da população. Em 1953, visualizava-se a possibilidade de Santa Rosa ser incluída no plano estadual para aproveitamento hidráulico (com objetivo principal de geração de energia elétrica) e a tomada de um empréstimo para a execução de melhorias. Ao longo dos próximos anos, uma série de levantamentos foi executada. A construção de uma nova “hidráulica”, pertencente à Companhia Riograndense de Saneamento, concretiza-se no ano de 1962, culminando na construção da chamada Praça da Hidráulica, localizada na Avenida Rio Branco, no eixo que liga a cidade velha à cidade nova e na instalação de outra caixa de distribuição de água próximo à estação ferroviária.

Observa-se, a partir destas considerações, que mesmo não tendo constituído um plano para a rede de água, empreenderam-se ações no sentido de minorar os problemas de abastecimento e melhorar a qualidade de vida da população, com vistas ao ideal de cidade higiênica e moderna. Dantas (2013) constatou que, em Natal, as exigências e reivindicações relativas a esta necessidade contribuíram para que as intervenções técnicas apresentassem uma esfera neutra, afastada das disputas políticas cotidianas, demarcando para os técnicos urbanistas um lugar preciso de atuação e a possibilidade de gerir os destinos da cidade, o que de certo modo pode ser inferido também para Santa Rosa. Cada vez mais, a partir disto isto, os problemas passariam a ser não somente administrados, mas previstos, influenciando o ordenamento e desenvolvimento urbano.

Calor e pó: uma solução no calçamento das ruas

Após a emancipação, como visto, o problema da água estava em evidência em Santa Rosa. A partir dos anos 1940, contudo, divide as páginas do jornal com outras questões da urbanidade, pois à medida em que as edificações das áreas centrais foram abastecidas e que a rede hidráulica tomou forma, o tema passou a ser relacionado mais à falta de chuvas do que propriamente às condições de infraestrutura para a distribuição. Os períodos de seca, assim, além de diminuírem o nível dos reservatórios, evidenciavam outra defasagem urbana: a conservação dos logradouros públicos e a necessidade de calçamento das ruas.

Na Santa Rosa da década de 1930, os redatores do *A Serra* manifestavam sua preocupação com o estado das ruas, destacando a ação do governo municipal na realização de

serviços de reparos e limpeza. A consolidação da urbanidade, contudo, exigia além da construção material do espaço, um modo específico de comportamento social. Nesta perspectiva, outro dilema urbano emerge em Santa Rosa, relacionado à falta de água nas épocas de calor, mas sobretudo ao comportamento: a poeira que os motoristas faziam levantar das ruas sem calçamento.

A primeira denúncia neste sentido foi localizada na edição de 1 de janeiro de 1935, na qual foi exigida uma “providência enérgica” das autoridades competentes em relação às nuvens de pó que os veículos “em desabaladas corridas, levantam todos os dias em nossas ruas”, as quais “não se justificam, e atentam flagrantemente contra as leis municipaes, a hygiene e a saúde publica”¹⁰². O problema, portanto, é relacionado a uma questão de legalidade – há normas que regem o convívio público na cidade – e de saúde coletiva, pois a poeira era considerada causadora de males físicos.

Em novembro de 1944, por exemplo, outra matéria sobre as reclamações do público chegava a afirmar que a cidade estava coberta por uma “espessa camada de poeira” a qual, ocasionada pela estiagem e pela velocidade dos veículos, invadia também as casas, “conduzindo mesmo consigo até germes portadores de doenças perigosas”¹⁰³. A solução recomendada, mais uma vez, seria uma posição mais suntuosa das autoridades no sentido de fazer cumprir as leis de trânsito, que recomendam uma velocidade controlada nas áreas urbanas, especialmente em períodos de seca como aquele pelo qual passavam.

A preocupação higienista é clara, mas observa-se que o discurso apresentado nas notícias do jornal remonta, cada vez mais, ao modo de viver na cidade, o qual exigiria doses de civilidade. Nas cidades do século XX, o calçamento de ruas e estradas era um importante fator, ao facilitar a locomoção de pessoas e mercadorias. Para abandonar a imagem das estradas de chão e da passagem de carroças e animais, era preciso contar com vias amplas, que permitissem a passagem dos automóveis e caminhões, além de passeios limpos e adequados para as práticas de lazer, como a contemplação de vitrines e do *footing*.

As ruas não calçadas e a poeira existente influenciavam, assim, o uso dos espaços públicos também por parte dos pedestres. Uma crônica publicada ainda em janeiro de 1943 aponta o que poderia ser uma noite no centro da cidade:

Seca... Calor... Pó... Etecetera

¹⁰² NÃO SE justifica, **A Serra**, Santa Rosa, 01 jan. 1935, p. 1.

¹⁰³ RECLAMAÇÕES do publico. **A Serra**, Santa Rosa, 26 nov. 1944, p. 1.

Vencendo a inercia que traz o calor, o repórter saiu à rua.

Séca e poeira era assunto batido. Queria algo sensacional para uma crônica no dia seguinte.

Ruas desertas. Praça silenciosa. Quietude. Um banco ali próximo. O reporter resolveu assentar-se. Também ele tinha o direito dos outros viventes... e depois, nada pagava para isso... (...)

Vozes, rizadas, despertaram o repórter de seu sonho com as Musas. Era um grupo de rapazes. Ele esteve por integrar-se no grupo. A mocidade é sempre contagiosa...

Dai a instantes, outro grupo aparecia na esquina, tagarelando. Moças. Vinham fazer o “footing”. Mas qual nada! De repente, fon-fon e ruuupp. Um automóvel passava chispado, a 90, talvez. Uma onda de poeira toldou o ambiente. Pó na cara dos rapazes e das gurias também. Estas, acharam melhor voltar. A poeira era demais... e com a volta das gurias os “marmanjos” foram dando o fora...

Alguém disse estar com sede. Um outro mostrou “o poço do Constante” bem ali pertinho... fonte inesgotável, linfa que sacia a sede e dá inspiração como a de Hipocrêne... depois, era marca Continental... fresquinho, recém chegado “das capitais”... um cruzeiro somente por um “chopp” com colarinho desta largura...

Mas a proposta não pegou. O grupo dissolveu-se alegando

Muito calor...

Bastante poeira...

Guarda noturna...

E o repórter também achou melhor ir tentar o sono, sonhar no travesseiro...

E pensou: E ainda há quem queira ir a Africa...

Não seria melhor uma excursão à Siberia ou mesmo á Groenlandia?

X - I (A SERRA, 31 jan. 1943, p. 1)

Uma noite de calor e um repórter que busca uma pauta nova para o dia seguinte. O cenário para a situação é uma praça, estima-se que seja a Praça da Bandeira, pela proximidade com o bar do Constante, na crônica chamado de “poço”, em clara alusão à falta de água na cidade. Um grupo de rapazes e outro de moças surge, indicando a apropriação do espaço como local de lazer, de encontro e conversação. A reviravolta na história ocorre com o surgimento – mais uma vez – de um carro em alta velocidade, levantando nuvens de poeira e dispersando os presentes. O ponto central do texto aparece aqui como ironia: ainda que o pó, a poeira e o calor fossem assunto “batido”, parecia impossível priorizar outro tema, pois a vida na cidade estava afetada pelas condições climáticas.

De modo geral, o calçamento de ruas é apontado como solução do problema existente. O jornal informa que a prefeitura estava tomando as providências, incluindo a compra de pedras de forma irregular, que seriam o material empregado. Caracteriza a medida como um

“importante melhoramento a ser introduzido em nossa ‘urbs’, que vai, dia a dia, recebendo novos impulsos de progresso”¹⁰⁴

A ideia de cidade progressista requisitava um espaço materialmente adequado e o discurso de progresso estava atrelado, sobretudo, ao funcionamento do comércio e de indústrias. Assim, o calçamento é visto como uma solução que contribui para o desenvolvimento econômico. Dantas (2013) percebeu este mesmo processo em Natal, onde a prioridade passou a ser a circulação dos “homens de negócio”.

A normatização e as propostas de transformação do espaço da cidade não aparecem mais atreladas apenas aos imperativos da higiene ou da medicina social. (...) temas caros ao discurso dos urbanistas assomaram então à esfera de debates: a circulação de pessoas e mercadorias, a necessidade de prever e determinar a forma de crescimento da cidade e, principalmente, uma abordagem que contemplasse de forma abrangente a cidade e seu território – como suporte físico para as atividades econômicas e sociais.”
(DANTAS. In: CAMPOS; ATIQUÊ; DANTAS, 2013, p. 213-214)

Em muitas cidades brasileiras do século XX, neste contexto, a transformação dos espaços públicos passou a priorizar as atividades econômicas e sociais, visando construir locais que permitissem a circulação e a permanência de pessoas. Este foi também o argumento utilizado pelo A Serra ao defender que a prioridade do calçamento deveria ser concedida para as ruas com maior movimentação e presença de casas comerciais.

A partir das fontes, observou-se que o calçamento inicia efetivamente em janeiro de 1946, pela Avenida Rio Branco, sendo acompanhado de perto pelos habitantes da cidade¹⁰⁵. Tudo indica que o ritmo de trabalho diminuiu, uma vez em março é publicado que “o sr. Prefeito municipal não vai interromper o calçamento das nossas principais ruas da cidade” e que este prosseguiria pelo “resto da avenida rio branco e a rua dr. João Dahne (...) visto serem as ruas de maior movimento e em épocas de pós as mais prejudicadas”¹⁰⁶. A notícia menciona ainda a troca de contrato, o que possibilitaria a continuidade das obras.

Um artigo sobre o calçamento traz indícios de que a escolha das primeiras ruas a serem calçadas não era exatamente um consenso:

Segundo nos consta, a Prefeitura Municipal pretende dar início dentro de poucos dias ao calçamento das ruas e o primeiro trecho seria o prolongamento da avenida rio branco até além da estação ferroviária. Agora, perguntamos, qual é a rua que mais necessita de calçamento? Se não é a rua Dr. Dhane e mais a parte da Avenida Rio Branco até ligar ao calçamento existente? Esse trecho da cidade é o mais movimentado e que distribui a

¹⁰⁴ CALÇAMENTO da cidade, **A Serra**, Santa Rosa, 28 mar. 1943, p. 1.

¹⁰⁵ CALÇAMENTO da cidade, **A Serra**, Santa Rosa, 17 jan. 1946, p. 1.

¹⁰⁶ O CALÇAMENTO das ruas, **A Serra**, Santa Rosa, 31 mar. 1943.

enorme poeira, não só aos moradores da mesma rua, que quase não a suportam mais, mas também a toda cidade. Com o calçamento dessas ruas, a cidade torna-se mais agradável nessa época, porque são só mesmo, assim, dizer, essas ruas movimentadas que distribuem essa enorme poeira para todos os lados. – Para iniciar logo o calçamento da rua dr. Dahne, a Prefeitura alega falta de cordão, mas verificando bem, somente em pequenos trechos é que não existem cordões. Assim pois, apelamos ao sr. Prefeito municipal, para que antes de dar o início ao calçamento, estude bem a situação, quais as ruas que mais necessitam do calçamento, e onde o pó da o maior prejuízo, pois na zona a que nos referimos, ninguém mais pode deixar qualquer porta ou janela aberta e o comercio já conta com grande prejuízo. (A SERRA, 19 fev. 1947, p. 1)

A Rua Dr. João Dahne e a Avenida Rio Branco são definidas na matéria como a verdadeira “zona de horror da poeira”. Estas artérias fazem a ligação entre as chamadas regiões da cidade velha e cidade nova, tendo as praças da Independência e da Bandeira como pontos focais. Nestas vias concentravam-se as atividades comerciais da área urbana, além de contar com vários prédios públicos em suas imediações, o que leva à dedução de que fossem, realmente, as ruas mais movimentadas. Contudo, salienta-se que a redação do *A Serra* estava localizada na rua João Dahne (via que ficaria de fora na proposta da prefeitura), inclusive em um novo prédio, construído pela construtora Medaglia e inaugurado no ano anterior¹⁰⁷. Na mesma rua localizava-se também a Associação Comercial e Industrial, entidade que reunia boa parte dos nomes mais influentes na cidade e que também estava em vias de construir uma nova sede.

Possivelmente, a prefeitura municipal considerasse mais prudente o calçamento da Avenida Rio Branco até a estação ferroviária em virtude da movimentação de pessoas de fora da cidade e do transporte de mercadorias. Um ponto a ser ressaltado, sobretudo, é a envergadura do *A Serra* em questionar a possível decisão municipal. A notícia termina, inclusive, com a declaração de que “confiante pois, nas boas resoluções do nosso prefeito, tranquilizamo-nos, que dentro de pouco tempo, teremos calçamento na rua dr. Dahne e Avenida Rio Branco”. O periódico, assim, não deixa espaço para contestação e isto torna ainda mais interessante o fato de que, em poucas semanas, é veiculada a notícia de que o prefeito iniciará as obras da rua Dr. Dhane e Avenida Rio Branco¹⁰⁸. Conclui-se que houve influência da redação do jornal nos assuntos da gestão pública, que poderia se justificar pelo fato de que os donos e editores do jornal foram pessoas de reconhecimento frente à população, além de possuírem, em geral, relações pessoais e de negócios com os ocupantes da administração municipal.

A previsão de conclusão das obras era de 210 dias. Em maio de 1947, uma notícia sobre o recolhimento das pedras destinadas aos cordões das ruas João Dahne e Av Rio Branco

¹⁰⁷ LIVRARIA A Serra, *A Serra*, Santa Rosa, 20 out. 1946, p. 1.

¹⁰⁸ O CALÇAMENTO da rua Dr. Dahne – Avenida Rio Branco, *A Serra*, Santa Rosa, 23 fev. 1947, p. 1.

(e sua posterior volta) chama a atenção e traz indícios de uma possível demora¹⁰⁹. Em novembro, novas reclamações sobre a poeira naquelas ruas e um apelo ao novo prefeito, que tomaria posse no próximo ano, confirmam que, apesar de firmado o contrato e da aprovação do empréstimo, as obras não saíram do papel (20 de novembro 1947 o pó).

O novo prefeito municipal certamente possuía, naquele momento, a aprovação dos editores do *A Serra*, pois em abril uma notícia elogiosa ao início do seu trabalho comunica que até mesmo o empréstimo poderia ser deixado de lado e que o calçamento seria feito com a verba municipal¹¹⁰.

felizmente estamos assistindo o inicio dos trabalhos do calçamento de nossas ruas principais, começando pela Avenida Rio Branco e descendo a esquina das ruas Guaporé e Dr Dahne. Uma vez pronto esse calçamento, já uma importante parte da cidade ficará beneficiada e não mais os pedestres terão de levar nos sapatos uma enorme carga de barro, querendo subir ou descer da “cidade nova”, que as pessoas elegantes desejam, em breve tempo fazer o seu costumeiro “footing”.

Que venha o calçamento das nossas ruas principais, que o resto – o comercio, a indústria e o povo de Santa Rosa – se encarregará de fazer: a vida da cidade. (A SERRA, 18 de nov. de 1948, p.1)

Observa-se, aqui, uma declaração que reforça hipótese deste trabalho: “fazer a vida na cidade” envolvia formas de comportamento e sociabilidade, mas também a espacialidade apropriada. Em suma, a produção do espaço da cidade de Santa Rosa estimulou – e foi determinada por – um novo estilo de vida, que visava atingir os ideais de uma urbanidade moderna, coadunada com as outras cidades contemporâneas. Para que isto ocorresse, não somente os hábitos urbanos deveriam ser desenvolvidos, mas a materialidade do espaço, bem como suas formas de representação, aprimorados.

A urbanidade já existiria virtualmente, condensada no desejo dos moradores – ou pelo menos das pessoas “elegantes” –, sendo a inadequação do espaço material urbano a causadora do descompasso espaço-temporal das vivências na cidade. Todavia, por mais óbvio que pareça, é preciso reforçar que a adaptação do espaço aconteceria através de atitudes humanas, ou seja, das decisões da gestão pública, dos apelos da população, dos trabalhadores responsáveis por executar as obras.

A partir dos primeiros trabalhos, houve uma conseqüente cobrança para que outras ruas fossem calçadas, especialmente nas áreas centrais ou próximas a pontos específicos. Em

¹⁰⁹ OS MORADORES... *A Serra*, Santa Rosa, 01 mai. 1947, p. 1.

¹¹⁰ PELA Administração. *A Serra*, Santa Rosa, 01 abr. 1948, p. 1.

abril de 1950, por exemplo, os moradores da Avenida Santa Cruz e da Rua Inhacorá solicitaram, por intermédio da redação do jornal, os reparos naquelas vias, “como se está fazendo com outras da nossa cidade que, num ritmo acelerado, vai, dia a dia, se modernizando, graças ao aparelhamento mecanizado com que conta hoje o nosso município”¹¹¹.

As reclamações sobre a poeira¹¹² e também sobre a lama em épocas de chuva permanecem¹¹³, direcionadas agora para outras ruas da cidade, as quais, com o crescimento urbano, passam também a abrigar comércios e indústrias, além das residências. O argumento da existência do comércio e do desenvolvimento industrial fazia sentido e funcionava para a construção material e simbólica de determinados espaços urbanos, mas claramente não contemplava a toda população. Uma das consequências deste melhoramento urbano, portanto, foi a distinção entre as ruas da cidade entre as que possuíam ou não calçamento, implicando também na diferenciação entre os munícipes.

Nesta perspectiva, observou-se que as notícias sobre o calçamento da cidade veiculadas pelo *A Serra*, em quase duas décadas de edições, possuíam em comum o fato de representarem o interesse de uma parcela da população, a qual ansiava pela melhoria dos espaços públicos, em um viés que foi utilitário, mas também estético. A preocupação estava relacionada às expectativas sobre a urbanidade e as imagens de progresso que poderiam representar Santa Rosa.

Considerações

Baseado nestas palavras, defende-se que as cidades novas, como Santa Rosa, caracterizam um modelo de urbanismo brasileiro, que as diferencia das cidades reformuladas no século XIX, como o Rio de Janeiro ou a gaúcha Porto Alegre e, portanto, necessitam também de outro olhar historiográfico.

As narrativas consolidadas da história da cidade são direcionadas, prioritariamente, para o entendimento das cidades coloniais que passaram por processos de reformas com vistas à modernidade. As cidades novas são, por sua vez, fruto e vetor do processo de modernização do século XX. Isto não significa, é importante frisar, que modernidade e modernização não estejam relacionadas; percebe-se evidente a permanência de muitos elementos ao longo dos dois últimos

¹¹¹ RECLAMAÇÕES do público, *A Serra*, Santa Rosa, 16 abr. 1950, p. 1.

¹¹² EXCESSO de velocidade, *A Serra*, Santa Rosa, 23 out. 1952, p. 1; SOL E PÓ, *A Serra*, Santa Rosa, 14 dez. 1952, p. 1.

¹¹³ UMA VEZ para cada um, *A Serra*, Santa Rosa, 18 dez. 1952, p. 1.

séculos. Contudo, acredita-se que os estudos das cidades novas estejam abrindo novas perspectivas de análise do urbano, enriquecendo e diversificando o entendimento da vida nas cidades brasileiras.

Santa Rosa, assim como muitas cidades novas, no início de sua construção, não era dotada de todos os serviços considerados básicos para a vida na área urbana. De modo geral, seria ingênuo pensar que seu desenvolvimento, pelo único fato de contar com um plano, tenha ocorrido de forma contínua e ininterrupta. Há coisas que escapam ao projeto e, muitas vezes, os habitantes tomam para si determinadas responsabilidades frente à inércia da aplicação do planejamento inicial.

Assim, não podemos falar de um planejamento urbano no sentido estrito. Tratou-se mais de “expectativa”, de um “modelo urbano ideal” que se buscava atingir. Este modelo, ao que tudo indica, perseguia os princípios urbanísticos em voga nas cidades consideradas modernas ao redor do mundo e foi construído pela conjunção do poder público com o que podemos considerar uma elite intelectual do município – atuante na redação do *A Serra*, nas sociedades culturais, na Associação Comercial e Industrial e nos cargos públicos municipais. Defende-se que, especialmente, foi a partir da atuação do jornal *A Serra* que estes ideais específicos foram divulgados para a população, seja no sentido de educação das massas, ou no silenciamento de pensamentos e práticas sociais divergentes.

Referências

DANTAS, George Alexandre F. Permanências do urbanismo sanitário: o Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal (1924). In: CAMPOS, Cristina de; ATIQUÊ, Fernando ; DANTAS, George A. F. (Org.). *Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2013, p. 197-225.

CHRISTENSEN, Theresa. ACISAP: 90 anos, Santa Rosa: ACISAP, 2022.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Saturnino de Brito e a modernização do abastecimento de água no Rio Grande do Sul da Primeira República. *Estudios Historicos*, Año IX, n. 18, p. 1-34, Jul.-Dic. 2017.

SIMÕES JR, José G. O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República. In: CAMPOS, Cristina de; ATIQUÊ, Fernando; DANTAS, George A. F. (Org.). *Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2013, p. 119-139.

VARGAS, Luís F. da Silva. *Saneamento e urbanização no Rio Grande do Sul durante os anos de 1916 a 1931...* 2011. 466 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

